

## Definição

A infiltração de agentes é uma técnica especial de investigação que consiste na introdução dissimulada de agente policial a uma OCRM, ainda que virtualmente, para agir como se membro fosse. A finalidade dessa infiltração de agentes é identificar fontes de prova e obter elementos de informação capazes de permitir a desarticulação da associação.

## Outras previsões legislativas

A infiltração está prevista também em outras leis:

Na Lei de Drogas, está prevista no artigo 53, I.

**Art. 53.** Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos em lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I - a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes;

Também há previsão no ECA, no Artigo 190-A, que trata da infiltração virtual para investigar crimes relativos a prostituição infantil e pedofilia.

**Art. 190-A.** A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e contera a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 1º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – dados de conexão: informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dados cadastrais: informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.

§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

## Quem pode ser infiltrado?

Só pode ser infiltrado o agente de polícia em tarefa de investigação. Ou seja, não é possível de particulares ou outros agentes públicos que não estejam investigando o caso realizem a infiltração.

## Quem pode requerer a infiltração?

Quem requer a infiltração é, vida de regra, o delegado de polícia, por meio de representação, ou o Ministério Público, por requerimento, após manifestação técnica do delegado.

## Controle judicial

Toda infiltração policial precisa de autorização judicial motivada, circunstanciada e sigilosa, para não frustrar os objetivos da operação. É natural que o policial infiltrado cometa alguns fatos típicos. Entretanto, não será possível admitir a prática de homicídios, latrocínios, estupro, etc.

## Infiltração Virtual

A infiltração virtual, como já mencionado, é prevista para crimes virtuais. No ECA, o procedimento tem previsão para delitos relativos a crimes sexuais cometidos contra crianças ou adolescentes. Na Lei de Organizações criminosas, a prática está prevista no art. 10-A:

**Art. 10-A.** Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, obedecidos os requisitos do caput do art. 10, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

## Requisitos

Será admitida infiltração se houver indícios de infração penal em sede de organização criminosa e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis (art. 10, §2º, LOC), pois é medida excepcional que coloca em risco a vida do agente infiltrado. Por esse motivo, também é necessário obter autorização do policial que será infiltrado, sendo possível a ele cessar a atuação infiltrada a qualquer momento (art. 14, I).

## Duração

- **Infiltração Presencial:** Será autorizada pela prazo de até 6 meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada a sua necessidade.
- **Infiltração Virtual:** Será autorizada por até 6 meses, com renovações sucessivas, desde que não excedam 720 dias.

## Espécies

Existem duas espécies de infiltração policial:

- **Light Cover:** infiltração que dura menos de 6 meses.
- **Deep Cover:** infiltração que dura mais de 6 meses. Essa infiltração exige mudança de endereço, identidade, afastamento familiar, etc. Essa modalidade não é muito recomendável, pois é mais arriscada e gera um transtorno na vida do agente.

## Distinções terminológicas

### Agente infiltrado

Introdução de um agente policial em uma organização criminosa, de modo a facilitar seu desmantelamento. O agente infiltrado não deve induzir os demais criminosos, tendo uma postura mais passiva.

### Agente provocador

É o agente que instiga o investigado a cometer o delito, realizando assim o flagrante preparado. Ex.: Deixar um celular numa praça para ver quem pega primeiro. É a chamada “doutrina da armadilha” (entrapment doctrine), que descaracteriza o crime, considerando a prova ilícita uma

vez que o crime não ocorreria sem a provocação desse agente.

## **Agente policial disfarçado**

Independente de autorização judicial prévia e evita a caracterização de crime impossível, já que o agente policial disfarçado atua como adquirente do produto ilícito, apenas, e não como agente provocador. Ex.: Compra drogas.

## **Responsabilidade criminal**

Em regra, não são puníveis as condutas do agente infiltrado. No entanto, é necessário que as condutas típicas realizadas pelo agente infiltrado guardem proporcionalidade com o crime apurado, pois ele será punido por quaisquer excessos que vier a cometer.